

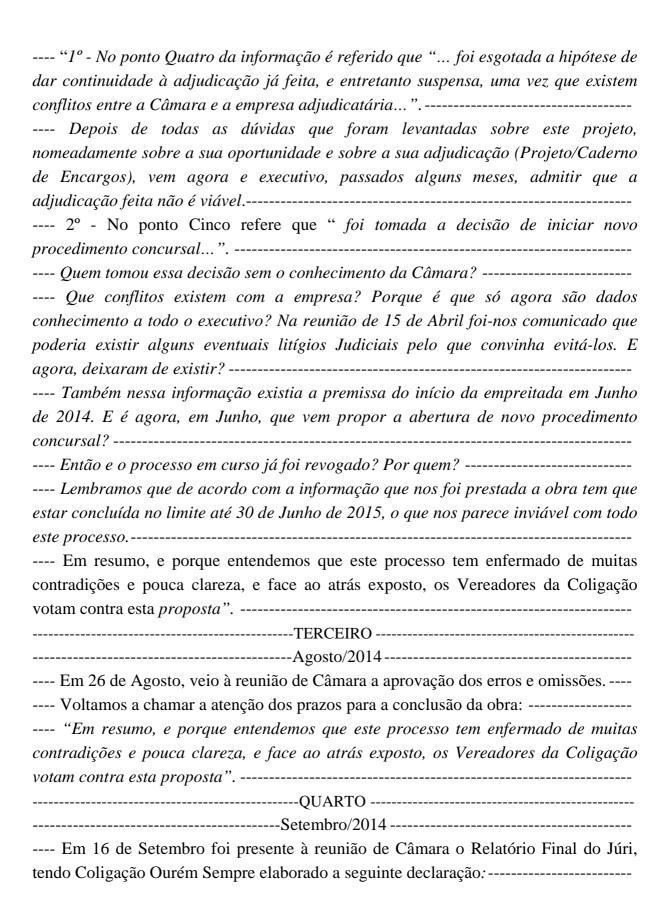
ATA N.º 2 (REUNIÃO PRIVADA)

Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. ————————————————————————————————————	
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. ————————————————————————————————————	Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, na Cidade de
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. ————————————————————————————————————	Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada,
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. OOXXXOO OOO ABERTURA DA REUNIÃO FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. OOXXXOO OOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento	Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento	FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento	COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. OOXXXOO OOO ABERTURA DA REUNIÃO O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. OOXXXOO OOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA O Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA,
MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. OOXXXOO OOO ABERTURA DA REUNIÃO O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. OOXXXOO OOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA O Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	
Departamento de Administração e Planeamento. OOXXXOO OOO ABERTURA DA REUNIÃO	
OOXXXOO OOO ABERTURA DA REUNIÃO	
ABERTURA DA REUNIÃO	
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	000
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	ABERTURA DA REUNIÃO
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. OOXXXOO OOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. OOXXXOO OOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
ooxxxoo ooo PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de <i>Construção do Pavilhão de Olival</i> ao Programa MaisCentro e de que o processo só	000
o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de <i>Construção do Pavilhão de Olival</i> ao Programa MaisCentro e de que o processo só	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou a palavra
Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	o Senhor Presidente que informou de que a Comissão de Coordenação de
Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só	Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou a candidatura da empreitada de
será retomado quando houver financiamento	Construção do Pavilhão de Olival ao Programa MaisCentro e de que o processo só
	será retomado quando houver financiamento
Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para	Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para
	tratamento de assuntos gerais para a autarquia.

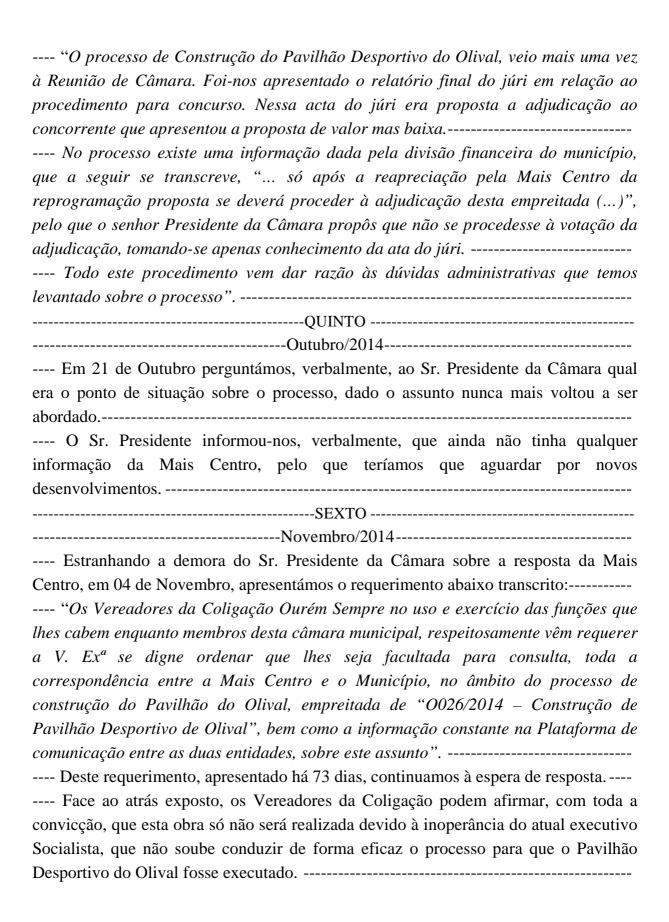


---- Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, que apresentou a declaração que se passa a transcrever, também subscrita pelos Senhores Vereadores José Manuel Dias Poças da Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa: O Sr. Presidente da Câmara, no período de Antes da Ordem do Dia, informou o executivo de que a Empreitada de Construção do Pavilhão Desportivo do Olival não ia ser executada, em virtude da não autorização por parte da Mais Centro, da prorrogação de prazo para conclusão da obra. ---- Esta comunicação do Sr. Presidente em nada nos surpreendeu, pois desde o início da reabertura deste processo temos vindo a alertar a Câmara para esta eventualidade, dadas as sucessivas trapalhadas que envolveram todo este procedimento. ---------- Para um cabal esclarecimento de todos os Ourienses entendemos fazer esta declaração, explicando, cronologicamente, todo o processo, para que não subsistam quaisquer dúvidas. -----------PRIMEIRO-----------Abril/2014 ---------- Após a informação do Sr. Presidente da Câmara de que o processo de afetação a fundos comunitários tinha sido reaberto por parte da Mais Centro, foi-nos apresentado, na reunião de 15 de Abril, uma proposta de retoma da consignação da anterior empreitada. --------- Perante esta informação, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre manifestaram dúvidas sobre o prazo de conclusão da obra e sobre o visto do Tribunal ---- Transcrevemos o que dissemos na data: --------- "No entanto dos elementos que nos são agora fornecidos, levantam-nos dúvidas no que se refere à aprovação do projeto pelo Tribunal de Contas, como é referido pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, bem como em relação ao prazo de conclusão da obra, pois o cronograma de execução da mesma não nos é apresentado"----------SEGUNDO------SEGUNDO-----------Junho/2014 ---------- Em Junho, para surpresa nossa, o executivo Socialista traz à reunião de Câmara uma proposta de revisão do projeto, bem como a abertura de novo procedimento concursal. --------- Votámos contra, apresentando uma declaração onde invocámos os seguintes

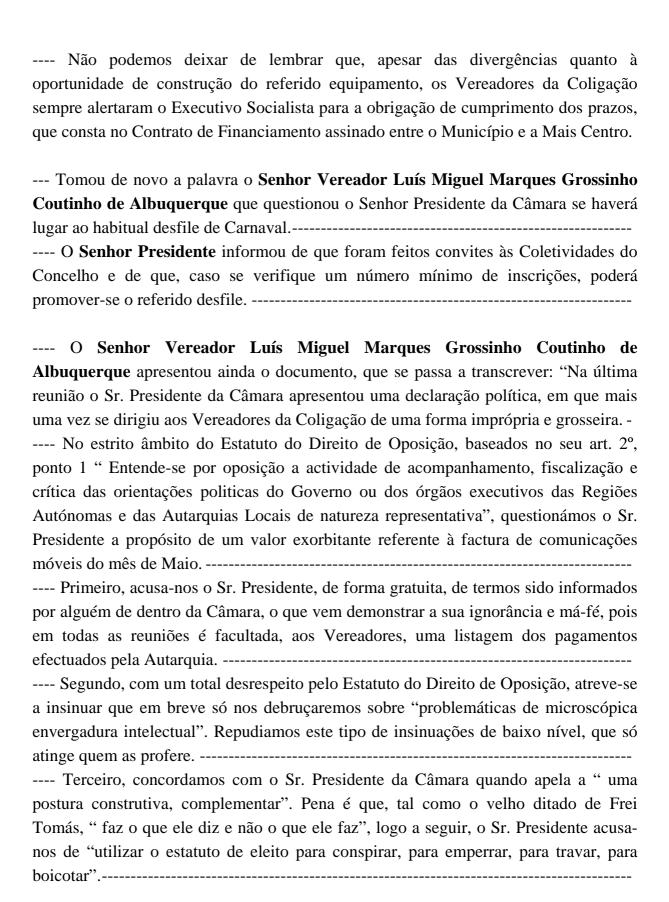


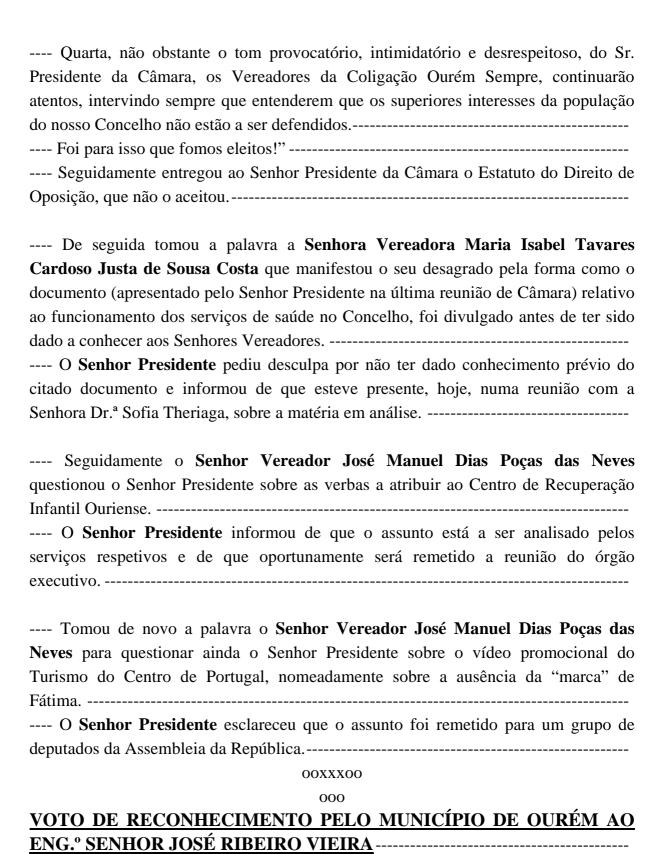










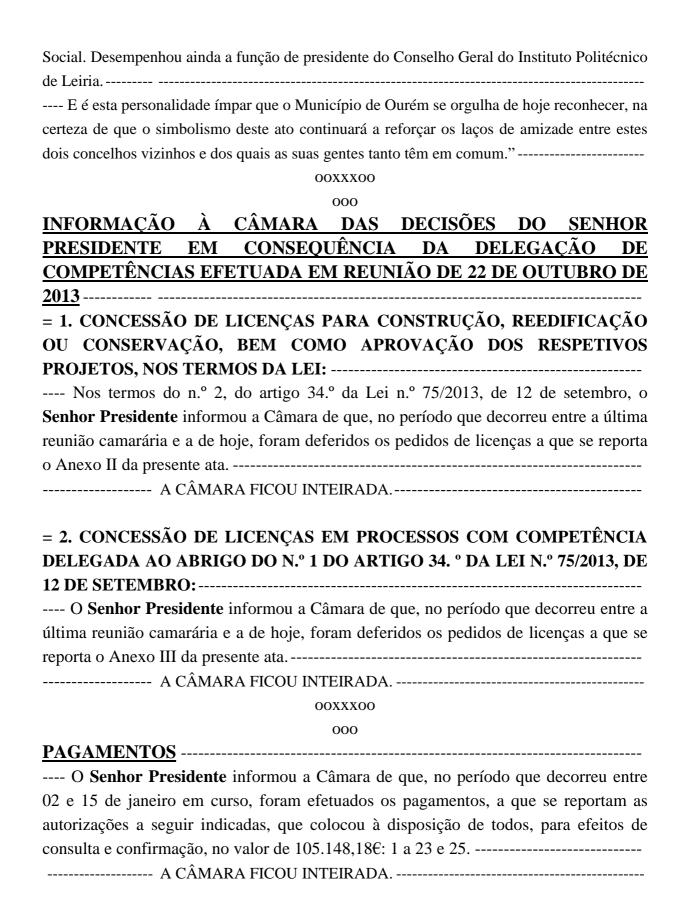




----- NOS TERMOS DO DOCUMENTO A SEGUIR TRANSCRITO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR AO ENG.º SENHOR JOSÉ RIBEIRO VIEIRA, A MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, A TÍTULO PÓSTUMO: "Esta será certamente a mais humilde das homenagens prestadas à figura ímpar do Engenheiro José Ribeiro Vieira. Simbolicamente é feita com alguma distância, demonstrando a dimensão de uma personalidade que o tempo tem dificuldade em esvanecer na nossa memória. Passados três anos sobre o seu falecimento, este reconhecimento é feito no âmbito das Jornadas da Mecânica, onde a formação superior do Engenheiro Ribeiro Vieira se ajusta na perfeição, para além de ser uma atividade que associa a dimensão educação ao universo das empresas, áreas pelas quais demonstrou sempre uma especial atenção. Mas esta pública homenagem é sustentada sobretudo pelo reconhecimento a um Amigo, que sempre nutriu pela nossa terra de Ourém uma especial simpatia e tudo sempre fez para que a nossa relação com Leiria, nas suas múltiplas vertentes, fosse profícua e de mútuo interesse. E são muitos aqueles que nascidos ou residentes neste concelho de Ourém, desenvolveram funções diversas em Leiria, públicas e privadas, tantas vezes sustentadas nesta importância da permanente aproximação entre os dois territórios, que o Engenheiro Ribeiro Vieira tanto defendia. E é sobretudo isso que o Município de Ourém aqui quer hoje reconhecer, na certeza de que aqueles que inquestionavelmente foram nossos amigos terão sempre um lugar na nossa

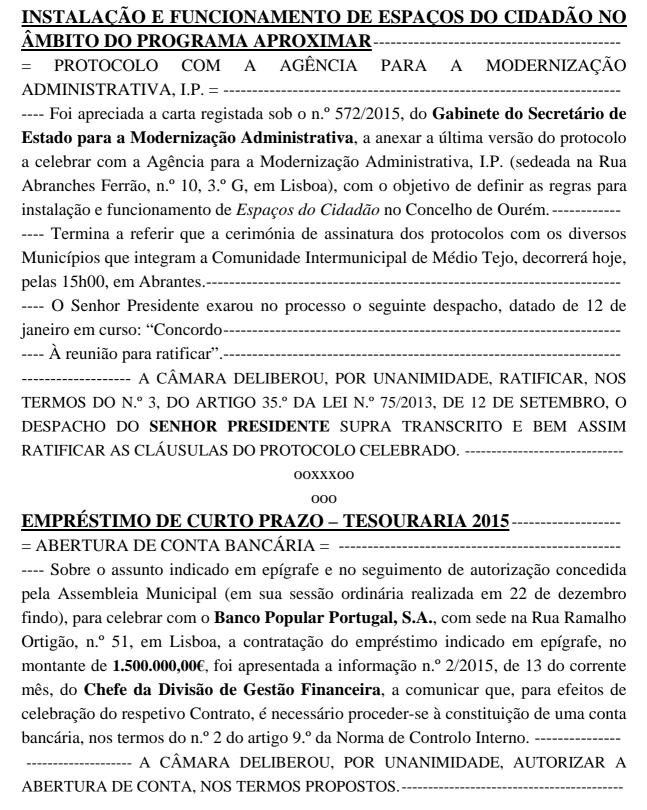
---- Mas é igualmente importante destacar, ainda que de forma resumida, o percurso de José Ribeiro Vieira, que nascido nas Cortes e tendo estudado em Leiria, veio a fazer o curso da Academia Militar, completando a licenciatura em Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Oficial superior do Exército veio a suspender esta atividade com a patente de Major, orientando a sua atividade para a vertente empresarial, com a fundação da Movicortes. Podemos dizer que a Movicortes é a imagem da personalidade multifacetada do seu fundador. Sempre preocupado com as questões do coletivo, associativo ou político, o Engenheiro Ribeiro Vieira desenvolveu um conjunto alargado de funções, de onde será de destacar as seguintes: vereador da Câmara Municipal de Leiria e membro da sua Assembleia Municipal. Mandatário distrital das candidaturas a Presidente da República do General Ramalho Eanes e do Professor Cavaco Silva. Presidente da Direção da NERLEI -Associação Empresarial da Região de Leiria, vice-presidente do Conselho Geral da Confederação Empresarial de Portugal e da Associação Industrial Portuguesa e presidente da Mesa da Assembleia Geral da ACILIS – Associação Comercial e Industrial de Leiria. Esteve na fundação da ADLEI - Associação para o Desenvolvimento de Leiria, onde foi presidente da Direção e foi membro da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e





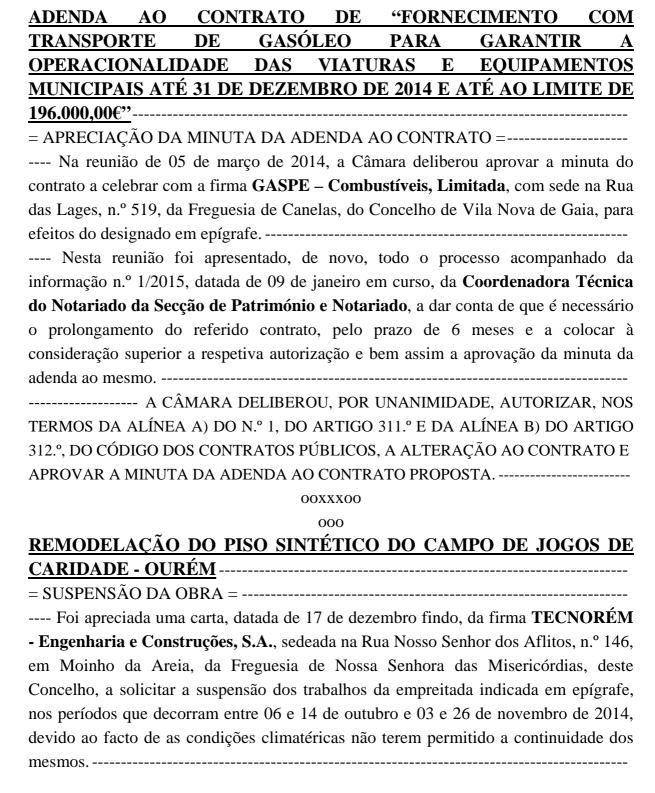


OOXXXOO

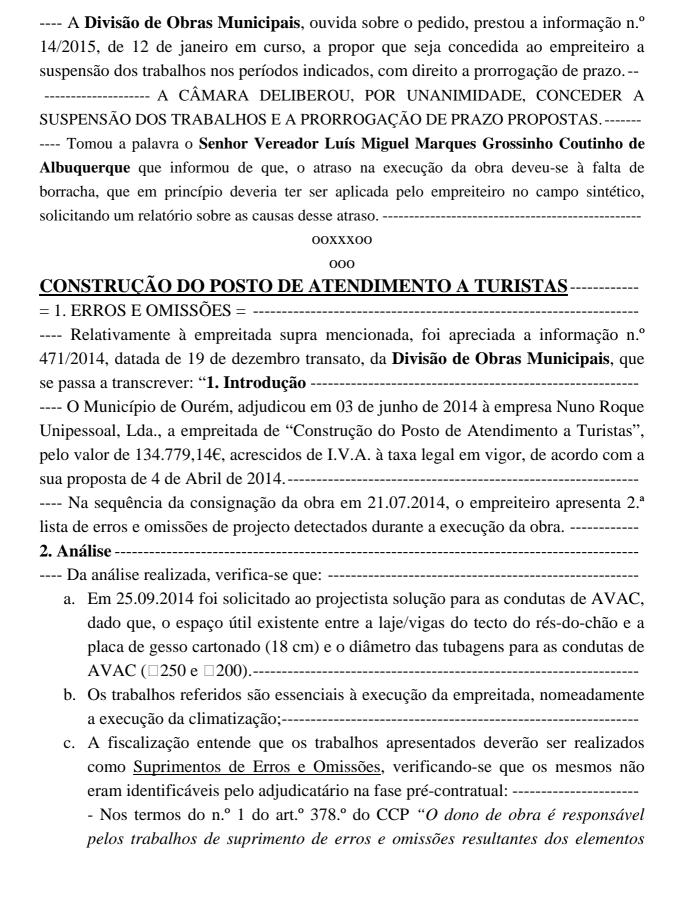




OOXXXOO









que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro, designadamente os elementos da solução da obra", sendo que, propõe-se que os trabalhos sejam realizados com o custo inteiramente a correr por conta do dono da obra;-----

d. A fiscalização consultou o projectista e obteve resposta sobre a questão colocada em 02.10.2014: "...será possível transformar a conduta circular em conduta de secção rectangular com as dimensões 30x15 e 20x15".------

e. Nos termos do n.º 1 do artigo 377º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 373º do CPP, o empreiteiro apresenta, em 02.12.2014, a lista de erros e omissões, para responder à proposta do projectista:-----

Código	Designação	Un.	Qt.	Preço Unit	Preço total
EOO 6	Fornecimento e execução de condutas em chapa galvanizada para instalação interior, com materiais de revestimento não inflamáveis a título permanente (M1), peças de transição, acessórios, isoladas, conforme especificação técnica, nas secções:				
EOO 6.1	Secção rectangular 500x100mm	m2	16,2	116,78 €	1.891,84 €
EOO 6.2	Secção rectangular 300x100mm	m2	5,6	116,78 €	653,97 €
				TOTAL	2.545,80 €

- g. Nos termos do n.º 1 do artigo 378º do CPP a responsabilidade do dono de obra corresponde à totalidade dos preços dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, sendo que, o valor a pagar ao empreiteiro é de 2.545,80 €.-----
- h. Nos termos do artigo 377° do CCP, conjugado com os artigos 373°, 374° e 378° do mesmo diploma, "A execução de trabalhos de suprimentos de erros e omissões pode dar lugar à prorrogação do prazo de execução da obra."-----
- i. Na sequência desta alteração será realizado um auto de trabalhos a menos da empreitada P007/2014/CPA Construção do posto de atendimento a turistas, no valor de 657,30 €.-----



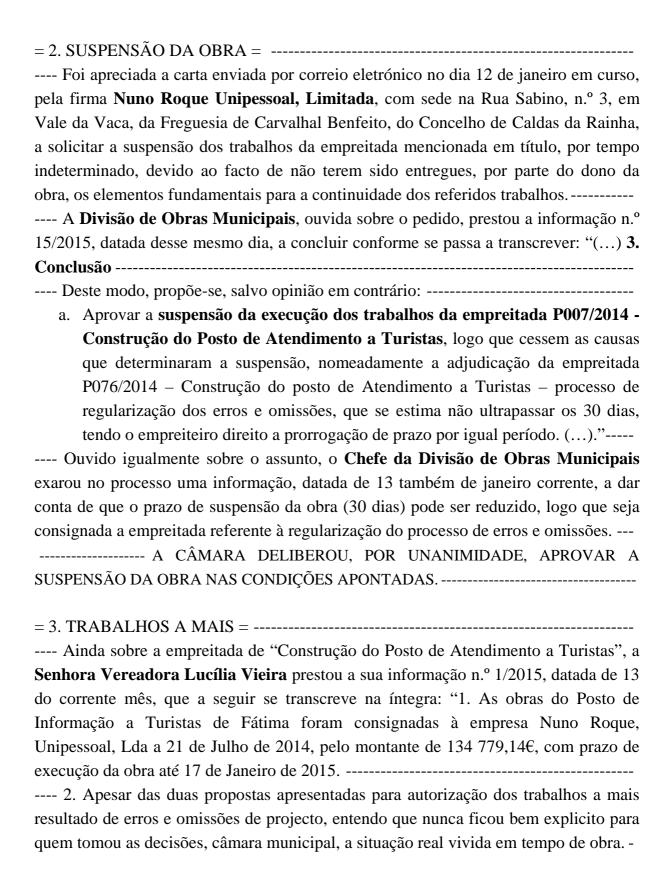
Código	Designação	Un.	Qt.	Preço Unit	Preço total
	F.m. de condutas SPIRO isolado em chapa galvanizada				
	para instalação interior, com materiais de revestimento				
	não inflamáveis a título permanente (M1), peças de				
	transição, acessórios, isoladas, conforme especificação				
IX.1.2.1	técnica, nos diâmetros:				
				29,10	
IX.1.2.1.2	DN 200	m	7	€	203,70 €
				33,60	
IX.1.2.1.3	DN 250	m	13,5	€	453,60 €
				TOTAL	657,30 €

- k. Nos termos do artigo 377° do CCP, conjugado com os artigos 373°, 374° e 378° do mesmo diploma, "A execução de trabalhos de suprimentos de erros e omissões pode dar lugar à prorrogação do prazo de execução da obra." ------

3. Conclusão -----

- ---- Deste modo, propõe-se, salvo opinião em contrário: ----
 - a. Aprovar os trabalhos como Suprimento de Erros e Omissões, verificando-se que os mesmos não eram identificáveis pelo adjudicatário na fase précontratual; ------
 - b. Proceder à **abertura de um procedimento por ajuste directo** para realização dos trabalhos, no valor de **2.545,80** €, para os Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões identificados, sendo que, o valor a pagar ao empreiteiro é de 2.545,80 €.-----
 - c. Nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 378.º do CPP, deve o dono de obra exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros, nomeadamente por parte da entidade projectista. -------





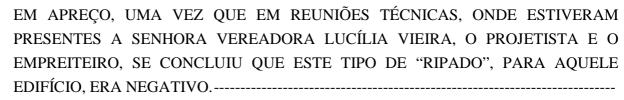


---- 3. Anexo a esta informação encontra-se uma listagem de 11 cópias onde constam, linha a linha, os emails trocados entre empreiteiro, fiscalização (dono da obra) e o projectista, que são o melhor testemunho dos esclarecimentos que foi necessário fazer. ---- 4. No início de Novembro foi equacionada, pelo empreiteiro, a questão do ripado, em madeira de pinho, com dimensões de 4cm por 1 cm, colado ao "cotelo" e exposto às acções climatéricas, o que em pouco tempo ficaria todo deformado. --------- Este apresentou 3 emails enviados pelos fornecedores que não davam qualquer garantia deste material.--------- 5. Entre outras questões, esta foi colocada também ao projectista que não apresentou alternativa, na data. --------- 6. O tempo decorria e era necessário dar andamento à obra, tendo sido realizada uma reunião em obra no sentido de resolver esta e outras questões com o empreiteiro. ---- A questão do ripado manteve-se pelo facto de nenhum fornecedor dar garantia do material e o projectista não apresentava outra solução. --------- 7. Foi realizada nova reunião nas instalações da câmara municipal a 09 de Dezembro de 2014 com todos os envolvidos, incluindo o projectista, o qual apresentou como alternativa outro formato de ripado ou metal, para a forra da pala e dos pilares, não tendo a reunião sido conclusiva pela discordância do empreiteiro, tendo em conta o tempo de obra. --------- Foram então elaboradas propostas que foram remetidas a reunião de câmara para se tomar a melhor decisão. --------- 8. Foi decidido manter o projecto e esta decisão foi comunicada, por ofício, ao empreiteiro no dia seguinte à reunião. --------- 9. Na manhã do dia 23 de Dezembro de 2014 recebi uma chamada telefónica do empreiteiro a informar que iria parar a obra. Depois da comunicação que tinha acabado de receber, não podia tomar outra decisão. Disse que no decorrer da obra existiram problemas por falta de clareza do projecto, as respostas demoraram alguns dias a ser dadas e ele sempre colaborou e procurou perceber os nossos problemas e conhecedor que a obra era financiada foi incansável em colaboração, e agora era a contrapartida que recebia da parte da câmara. Desde muito cedo foi levantada a questão do ripado para a qual nunca foi dada uma solução e nesta data não tinha tempo para concluir a obra, no prazo, pelas sucessivas indefinições do projectista. Portanto parando a obra, depois se verá de quem foi a culpa em todo este processo. -----



10. Na hora, marquei uma reunião na obra ao meio-dia. Nem o Sr. Presidente, que
estava ausente em reunião em Coimbra, nem o colega Nazareno do Carmo, que se
encontrava de férias, puderam estar presentes
11. Esta situação era o pior cenário que podia acontecer para a Câmara, porque a
obra estava muito atrasada, o co-financiamento era posto em causa e a obra ficaria
parada não se sabe quanto tempo
12. Entendi que deveria negociar a alternativa que fosse menos onerosa para a
Câmara. O problema maior seria o ripado que não dava garantia no formato previsto
no projecto. Foi questionada a hipótese de retirar, para já o ripado, e terminar a obra
até 31/12/2014
O empreiteiro anuiu a esta proposta, depois de algum diálogo, e para nós dava-nos
a garantia de co-financiamento da obra a 85%, com excepção do ripado
13. Foi exigência do empreiteiro a confirmação deste acordo por email, o qual se
encontra anexo e que lhe foi enviado a 23/12/2014, às 18h e 36m
14. A 31 de Dezembro de 2014 foi realizado um auto de medição que totalizou 60
496,63€, sobre o qual teremos co-financiamento a 85%
15. Na reunião de 09 de Dezembro o projectista tinha apresentado a proposta de
colocar um ripado de réguas de madeira de 4cm por 4cm, com afastamento de 4cm. C
empreiteiro também apresentou, em tempo oportuno o preço para este artigo
Esta solução foi prevista na opção 3.2 que foi levada a reunião de Câmara
Entendo que, nesta data, e com a obra quase concluída, com co-financiamento a 85%.
deveremos proceder à sua conclusão com o formato de ripado atrás referido
16. Assim:
1- Solicito que seja dinamizado procedimento para contratualizar ao empreiteiro os
trabalhos a mais, do ripado, proposto pelo projetista, pelo montante de 16 035,46€
repartidos em:
- revestimento da pala: 12 082,56€,
- revestimento dos pilares e vigas no exterior: 3 276,90€,
- revestimento dos pilares no interior: 676,00€
2- Deverão ainda ser assegurados internamente todos os procedimentos de forma a
cumprir os normativos financeiros e de co-financiamento
À consideração superior,"
A CÂMARA TOMOU CONHECIMENTO DE QUE O PROJETO FO
REALIZADO COM A INCLUSÃO DE UM AUTO DE TRABALHOS A MENOS
REFERENTE AO "RIPADO" PREVISTO NA DECORAÇÃO EXTERIOR DO EDIFÍCIO





OOXXXOO

000

PROJETO DE CRIAÇÃO DO "SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO CENTRO LITORIAL DE PORTUGAL"

---- Sobre o assunto supra mencionado, a Chefe da Divisão de Ambiente prestou a informação n.º 1/2015, de 05 de janeiro corrente, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia remeteu para a Câmara Municipal, a documentação relativa à agregação dos sistemas multimunicipais da SIMLIS, SIMRIA e Águas de Coimbra, numa única entidade a denominar por "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal" (SMAAS-CLP), referindo que esta irá causar sinergias que beneficiarão o esforço de harmonização tarifária, existindo uma redução imediata da tarifa em alguns municípios, aumento gradual noutros e a recuperação do défice tarifário, contribuindo para a recuperação da sustentabilidade do setor. ---------- No ofício referido, o MAOTE solicitou parecer ao Município de Ourém no prazo de 45 dias, tendo os serviços analisado a documentação e tendo sido solicitados esclarecimentos adicionais, que constam do processo. Na presente informação, a análise do processo de agregação será completada, com vista à decisão final da Assembleia Municipal, uma vez que a integração do Município de Ourém foi autorizado por este órgão em 16/08/1999. --------- 1. Antecedentes---------- A SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. é uma sociedade que foi criada pelo DL n.º 543/99, de 13 de dezembro, com um capital social de 5 000 000 € e com os seguintes titulares originários das ações da sociedade com direito a - Municípios 30% do capital social: Batalha (15 555 ações), Leiria (151 271 a),

Marinha Grande (98 881 a), **Ourém (16 434 a)** e Porto de Mós (16 221 a); ------ IPE 51% do capital social – Águas de Portugal, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; ------



- IPE 19% do capital social – Capital ou um fundo por si gerido;
A sociedade foi constituída com o objetivo da exclusiva exploração e gestão do
sistema para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios acionistas. A
exploração e a gestão abrangiam a conceção, a construção de obras e equipamentos
bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção
A atribuição da exploração operou-se mediante outorga de um contrato de
concessão, entre o Estado Português, representado pelo Ministro do Ambiente e a
SIMLIS, celebrado em 12 de janeiro de 2012, por um período de 30 anos
O processo da SIMLIS foi presente à reunião de Câmara de 20 de julho de 1999
tendo a mesma deliberado:
Primeiro – Emitir parecer favorável à criação da sociedade concessionária da
exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Lis;
Segundo – Aprovar o texto de acordo parassocial constante do Anexo V;
Terceiro – Apresentar à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea h) do
n.º 2, do artigo 39, do DL n.º 100/84, o pedido de autorização da integração do
Município na sociedade do Lis, assumindo os direitos e obrigações daí resultantes
A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o pedido de autorização de
integração na sociedade SIMLIS em 16 de agosto de 1999
2. Processo de Agregação
O processo de fusão, agora denominada agregação, teve início há mais tempo
tendo a autarquia sido contactada em outubro de 2012. Desde essa data até agora, o
processo foi amadurecido, tendo sido criados os documentos que o MAOTE apresenta
no ofício em apreço
No passado dia 2 de dezembro, o Grupo Águas de Portugal promoveu uma reunião
técnica de esclarecimentos, em Coimbra, tendo os Municípios se manifestado. Em
relação ao Municípios das Águas do Mondego, a maior parte vai votar contra a
agregação das empresas, indicando vários motivos tais como:
- Aumento da tarifa e prazo curto de apreciação;
- Necessidade de aprovação em Assembleia Municipal;
- Distribuição de dividendos discutível;
- A existência de mínimos quando o Ministro referiu que iriam ser abolidos;
- Enquadramento na Lei dos Compromissos;
- Falta de informação descriminada sobre os investimentos a realizar;
- Necessidade de visto do Tribunal de Contas

Sobre estes considerandos o Grupo Águas de Portugal referiu que a agregação se
tratava de um interesse público nacional, que os caudais mínimos só iram ser faturados
nos casos previstos no contrato, basicamente em caso de violação da exclusividade e
que os investimentos poderiam ser discutidos com os Municípios, tendo o critério
adotado sido de manter os investimentos previstos em cada empresa, racionalizando os
mesmos
Em relação aos Municípios da SIMLIS, o Presidente do Município da Batalha
referiu:
- O problema está na fragilidade do poder local, relativamente a este tipo de
contratos, contudo esta situação não é de agora, mas desde o início da
constituição da SIMLIS;
- Embora esteja prevista uma diminuição da tarifa para os Municípios da
SIMLIS, o que é um facto é que nos últimos anos a tarifa cresceu 60%;
- Só deve ser levado à tarifa o que for da tarifa e não outras despesas que
oneram a mesma;
- Deveria ser feita uma análise de caudais pluviais, compensando os Municípios
que tenham as melhoras práticas;
- As especificidades de cada concelho não constam dos documentos técnicos e
o trabalho está bem feito mas não supera o princípio da boa fé nos negócios,
uma vez que a decisão já está tomada
Pelo Grupo Águas de Portugal foi referido que a lógica na elaboração dos
documentos foi não alterar o existente, mas concorda que possam existir
melhoramentos, beneficiando as boas práticas
3. Análise dos Documentos
Em anexo ao ofício foi entregue a seguinte documentação:
- Minuta de diploma legal criador do SMAAS-CLP;
- Projeto de Estatutos da nova entidade gestora;
- Minuta do contrato de concessão;
- Estudo de viabilidade económico-financeira
3.1 Minuta do Diploma Legal Criador do SMAAS-CLP
Na minuta de diploma legal destacam-se os seguintes pontos:
- A exclusividade do regime (cf. Artigo 1.º) que também já existia
anteriormente;



- A possibilidade de alargamento do sistema a outros Municípios (cf. Artigo
3.°) e a áreas dentro do mesmo município (registo n.º 22689/2014 -
esclarecimentos);
- A transmissão de todos os direitos e obrigações das sociedades
concessionadas, sendo que os municípios acionistas mantêm na sociedade,
independentemente da sua participação social, os direitos de que eram
titulares, com exceção dos direitos de voto, dos direitos patrimoniais e dos
direitos decorrentes do n.º 8, do artigo 392.º do Código das Sociedades
Comerciais (cf. Artigo 4.°). Os direitos de voto correspondem à percentagem
no capital social, como se verifica atualmente, mas com a alteração do valor
da percentagem adequado à nova empresa (registo n.º 22689/2014 -
esclarecimentos);
- O objeto social da empresa é a gestão e exploração dos sistemas
multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, podendo exercer
outras atividades para além das referidas,
- O tarifário visa assegurar a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos
serviços, bem como a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação
de gastos, dos ajustamentos de encargos e dos ajustamentos dos proveitos
permitidos (cf. Artigo 11.º);
- A revisão ordinária do contrato é quinquenal, existindo também a
possibilidade de reposição do equilíbrio económico-financeiro (cf. Artigo
14.°);
- A previsão de um período de convergência, com um máximo de cinco anos
entre as tarifas em vigor e as tarifas decorrentes da aplicação dos
regulamentos tarifários (cf. Artigo 15.°);
- A aplicação de valores mínimos quando imputável aos municípios devido à
violação da exclusividade e por motivos de não ligação (artigo 17.º);
- É criado um concelho consultivo, para acompanhamento da atividade da
empresa, do qual fazem parte os presidentes de todas as câmaras municipais
dos Municípios utilizadores, bem como membros do concelho de
administração e do concelho fiscal (cf. Artigo 21.º);
- Está prevista uma caução, com já existe atualmente com a SIMLIS (cf
Artigo 24.°);
- Existe a opção de venda das ações pelos Municípios (cf. Artigo 31.º)
3.2 Estatutos da Águas do Centro, S.A



Na proposta apresentada para os Estatutos da Aguas do Centro, S.A. destacam-se
os seguintes pontos:
- Não refere onde vai ser a sede da empresa (cf. Artigo 2.º), pois nesta fase a
mesma ainda não está definida (registo n.º 22689/2014 – esclarecimentos);
- Os acordos parassociais devem ser comunicados ao conselho de
administração nos trinta dias posteriores à sua celebração (cf. Artigo 22.º);
- Os órgãos sociais da empresa são a Assembleia-Geral, o Concelho de
Administração, o concelho fiscal e o revisor oficial de contas, sendo a escolha
feita através de voto em listas, também existe um conselho consultivo já
referido (cf. Artigo 12.°);
- Na Assembleia-Geral podem participar os acionistas com direito de voto;
- O restante texto refere os procedimentos relativos ao funcionamento da
sociedade e dos seus órgãos
3.3 Contrato de Concessão
Na proposta apresentada para o Contrato de Concessão entre o Estado Português e
a Águas do Centro Litoral, S.A. destacam-se os seguintes pontos:
- O prazo da concessão é de 30 anos (cf. Cláusula 5.ª);
- Existirá um período de transição, no decorrer do ano civil, um segundo
período de convergência tarifária de cinco anos e depois períodos de cinco
anos até ao termo da concessão (cf. Cláusula 16.ª);
- Na Cláusula 17.º estão definidos os critérios para o estabelecimento de
tarifas, referindo também tarifas para limpeza de fossas sépticas;
- As tarifas aplicam-se na vigência dos regulamentos tarifários, salvo se
fossem menores, sendo neste caso proceder a um aditamento ao contrato (cf.
Cláusula 18.ª). As tarifas não foram adaptadas ao novo regulamento tarifário
porque este ainda não está aprovado (registo n.º 22689/2014 -
esclarecimentos);
- A concessionária tem direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro
nos termos das Cláusulas 19.ª e 20.ª, onde é referido que tem direito à
reposição em caso de desvio de 10% entre os volumes faturados e os previstos
no projeto do tarifário em vigor
Embora tenham sido solicitados esclarecimentos, pois o Tribunal de Contas já
efetuou reparos no contrato de concessão da água de Ourém, o MAOTE refere que
nesta concessão, a repartição é efetuada entre o Estado e a Concessionária, e não entre
as autarquias e a concessionária, e que a partir do 10.º ano a concessionária será



- A responsabilidade do investimento previsto no Anexo I é da concessionária (Cláusula 24.ª); ------
- A fiscalização é do concedente (Estado) nos termos da Cláusula 31.ª; ------
- A não aplicação dos mínimos garantido constitui contraordenação, entre outros, sendo da responsabilidade do membro do Governo a aplicação de multas (cf. Cláusula 40.ª);------

Tabela 1: Previsão de Custos com o Sistema-----

beid 1. 110 tipuo de Custos com o Bistema							
Encargo/ANO	Quantidade (m3)	Tarifa	TRH	Total	Total Com IVA	Acréscimo	
2005	272142	0,4496		122.355,04€	128.472,80€		
2006	535656	0,4626		247.794,47€	260.184,19€	131.711,39	
2007	597947	0,4723		282.410,37€	296.530,89€	36.346,70	
2008	674976	0,4861	2.073,31€	328.146,80€	344.450,48€	47.919,59	
2009	705041	0,5148	2.557,29€	365.512,40€	383.660,15€	39.209,67	
2010	781414	0,5635	3.567,01€	387.507,15€	408.943,81€	25.283,66€	
2011	724510	0,6171	3.638,66€	460.813,46 €	488.719,56€	79.775,75€	
2012	655332	0,6756	4.502,80€	514.465,27 €	545.333,19€	56.613,63 €	
2013	744677	0,8258	4.869,42€	512.614,46€	543.371,33€	-1.961,86€	



2014	768316	0,6414	4.291,59€	468.950,65€	497.087,69€	-46.283,64 €
2015	768316	0.5909	4.291,59€	458.289,51€	461.039,25€	-36.048,44 €
2015 Agregação*	768316	0.5723	4.291,59€	443.998,84€	446.662,83€	-14.376,42 €

* Caso fosse feita a agregação no início de 2015.-----

---- Como se pode constatar, o encargo previsto para o Município no ano de 2015 será de 461.039,25€, enquanto que, se a agregação entrasse em vigor no início de 2015, o custo seria de 446.662,83€, cerca de 14.376,42€ mais barato. Contudo, na melhor das hipóteses a agregação terá início no segundo semestre de 2015. --------- Está previsto um Plano e Investimentos no montante de 42,6 milhões de euros. Contudo, no caso de Ourém, a SIMLIS refere que já foram realizados os investimentos previstos (registo n.º 22689/2014 – esclarecimentos), pois considera-se que apenas o Bairro da freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias, pertence ao sistema de Fátima, o que se confirma pela limitação apresentada no Contrato da SIMLIS. --------- As sinergias com a agregação preveem uma redução de 31.3% em gastos operacionais.-------- O Anexo IV refere que os valores mínimos serão aplicados nos casos já referidos e por mora superior a 30 dias no pagamento das faturas, nos termos da Cláusula 36.ª do Contrato de Concessão. Contudo, esta situação de mora não é para considerar, de acordo com os esclarecimentos prestados pelo MAOTE.-------- Comparando os valores mínimos de cada contrato, verifica-se que os valores mínimos previstos no contrato da SIMLIS situam-se acima dos valores anuais reais de 768.316 em 2014. Em relação aos valores mínimos após a agregação, os valores situam-se abaixo dos valores da SIMLIS e dos valores reais, pelo que dificilmente serão cobrados mínimos no Município de Ourém, se as condições se mantiverem. -----

Tabela 2: Valores Mínimos previstos no Contrato de Concessão da SIMLIS / Novos Mínimos -----

Anos	SIMLIS	Águas do Centro Litoral	Diferença
2014	870065	599630	-270435
2015	882698	593158	-289540
2016	895332	588221	-307111
2017	907965	583334	-324631
2018	920599	578496	-342103
2019	933233	573706	-359527
2020	945866	569111	-376755
2021	958500	564607	-393893
2022	971133	560149	-410984

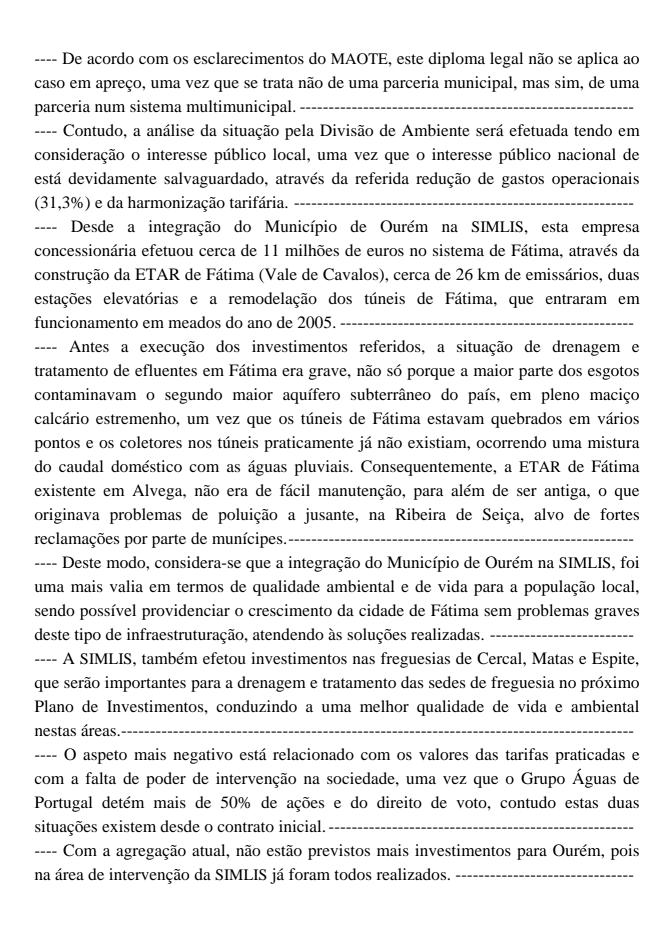


2023	983767	555735	-428032
2024	996401	396908	-599493
2025	1009034	399309	-609725
2026	1021668	433199	-588469
2027	1034302	451695	-582607
2028	1046935	484354	-562581
2029	1059569	547879	-511690
2030		581246	
2031		600069	
2032		611268	
2033		605560	

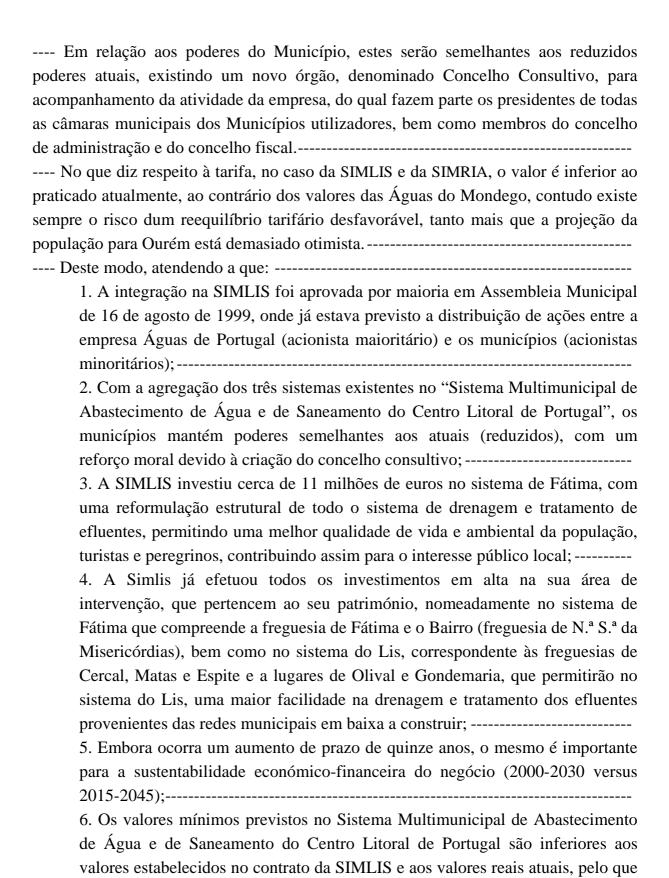
---- O Anexo V apresenta a Minuta do Contrato de Recolha de Efluentes. No n.º 4, da Cláusula 3.ª é referido que os mínimos aplicam-se por mora superior a 30 dias no pagamento de faturas, caso que não está referido no contrato de concessão. No n.º 3, da Cláusula 5.ª vem referido que o Município deverá criar condições para garantir a conclusão do seu sistema municipal de recolha de efluentes, bem como a sua correta manutenção. Nos esclarecimentos fornecidos pelo MAOTE vem referido que estas duas situações não são para considerar, pois tratam-se de lapsos. --------- A Sociedade não se opõe à transmissão contratual do Município no presente contrato para a entidade a quem seja atribuída a gestão do respetivo sistema municipal de saneamento de águas residuais (cf. Cláusula 11.ª). --------- No Anexo VII está indicada a Metodologia para a quantificação dos volumes de águas residuais afluentes às infraestruturas do sistema multimunicipal, mais concretamente em caso de alfuência de infiltrações que contribuem para o aumento do caudal doméstico. A metodologia segue as recomendações da ERSAR e é feita através da aplicação de uma fórmula. -----4. Parecer dos Serviços ---------- Nos termos do DL n.º 90/2009, de 9 de abril, que estabelece o "Regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos", prevê-se no n.º 1, do artigo 4.º que a decisão de constituição de uma parceria é antecedida por estudos técnicos de viabilidade económica e financeira que a fundamentam, a elaborar pelo Estado e pelas autarquias locais, que evidenciem as vantagens decorrentes da integração dos

sistemas para o interesse nacional e para o interesse local.-----

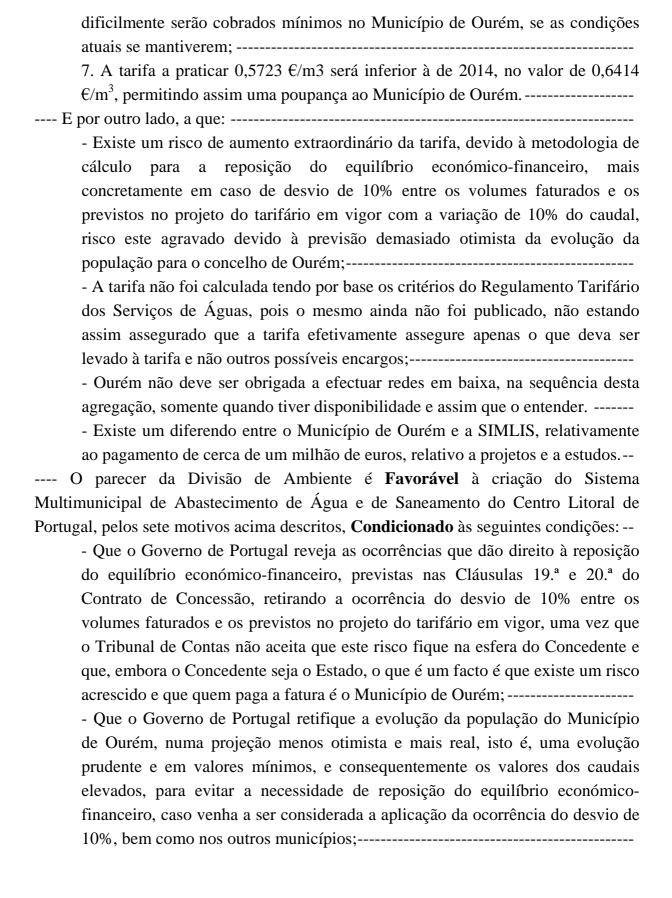




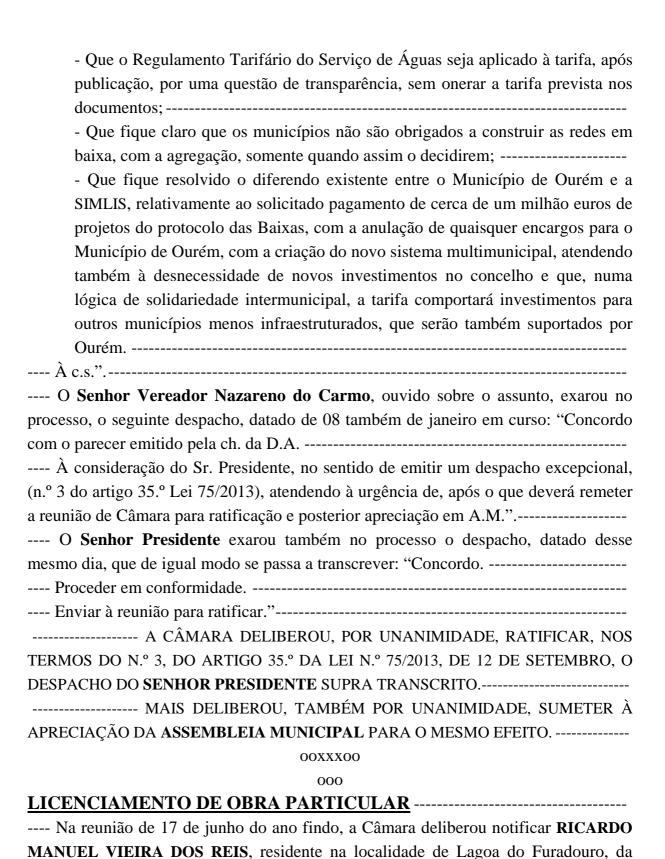






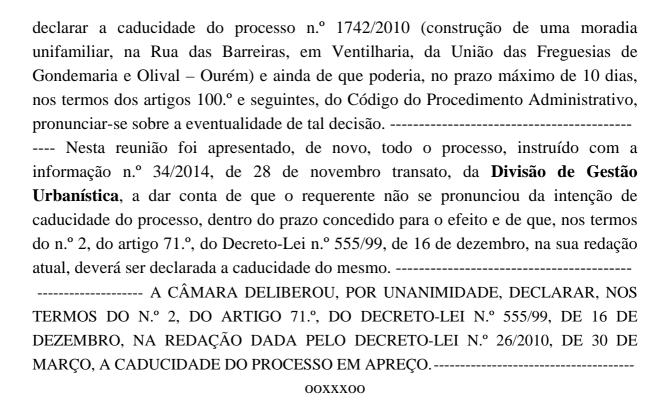






Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, de que se tencionava





PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL --

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 20.489/2014, da firma MARTINS & CONSTANTINO - Comércio de Gado Vivo e Carnes Frescas, Limitada, com sede na Rua de Santo Amaro, n.º 23, em Bairro da Figueira -Benedita, do Concelho de Alcobaça, a requerer o reconhecimento de interesse público municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, para regularização da exploração pecuária (Processo n.º 1988/2009), que possui em Lagoa do Furadouro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho. --------- A Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, ouvida sobre a pretensão, prestou a sua informação n.º 1/2015, de 12 de janeiro em curso, que refere designadamente o seguinte: "(...) 2- Fatores de interesse público: ----a) Postos de trabalho em causa;---------- Prevê-se a criação entre 8 a 10 postos de trabalho diretos, podendo contabilizarse algumas dezenas de indiretos, que as atividades acessórias e de apoio à organização implicam, nomeadamente, empresas de combustíveis, máquinas e alfaias agrícolas, restauração, comércio a retalho, arquitetura e engenharia, indústria transformadora, serviços, agricultura entre outras;----b) Relevância local; ------

A relevância local prende-se essencialmente com:
- Criação de emprego local direto e indireto;
- Responsabilidade Social e Empresarial a nível concelhio;
- Aumento da dinâmica empresarial a nível local e regional;
- O apoio aos agricultores na fertilização biológica dos terrenos e desenvolvimento do
sector agrícola local, com a parceria duradoura de utilização dos terrenos dos
agricultores;
- Pretende-se centralizar nesta exploração o maior número de efetivos possível devido
á proximidade ao matadouro regional (Ribasabores);
c) Tecnologia empregue;
A tecnologia empregue é a existente no sector de atividade, para garantir a
necessidades dos efetivos pecuários e os níveis de conforto e bem-estar animal, tais
como fornecimento automático de ração e água aos animais;
d) Produtos produzidos;
- Engorda de Bovinos e Ovinos/Caprinos
e) Volume de faturação;
Ano 2012: 3.700.000 €
2013: 5.500.000 €
Ano 2014: Encontra-se atualmente próximo dos 7.500.000 €
f) Outras informações relevantes
Exportação de 50 a 60% da produção para a Europa (Espanha e França). Com o
aumento de produção através do licenciamento desta unidade, estão a realizar-se
contactos para a exportação para o Médio-Oriente e África do Norte (Marrocos e
Argélia);
O volume de faturação com a laboração da unidade da lagoa do Furadouro
numa primeira fase tenderá a aumentar para os 10 a 15 M ϵ . Com a 2ª fase de
licenciamento (avaliação de Impacte Ambiental) concretiza-se a autorização para o
lotação máxima da exploração, nesse momento a faturação tenderá a situa-se próximo
dos 20 M€."
À consideração superior remeter o pedido a Reunião de Câmara."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE
RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO
N.º 4, DO ARTIGO 5.º, DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO



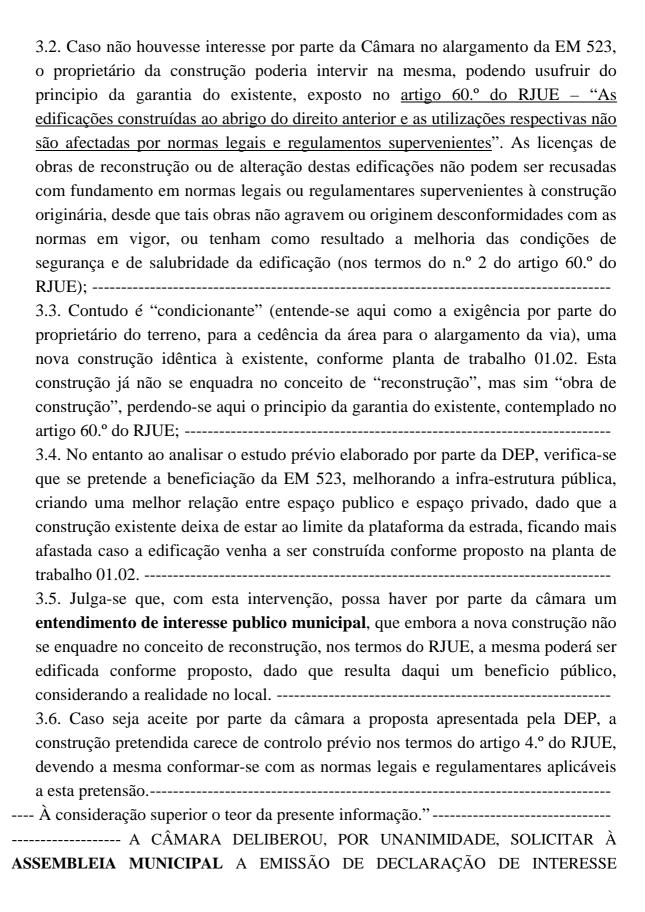
aproximada de **26 500m2**;-----



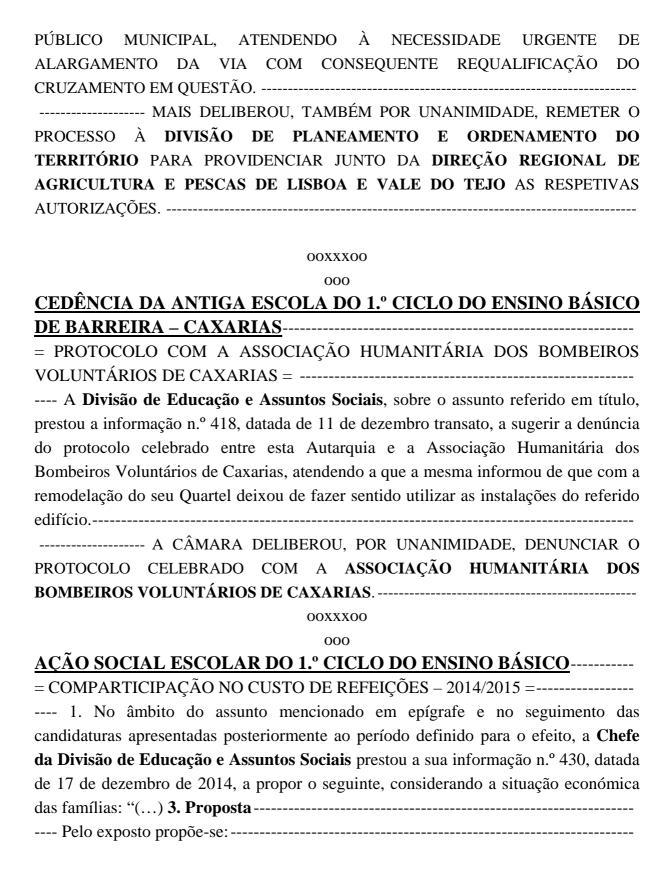
Extrato da carta de ordenamento de RAN e de REN

1.2. Não é referida qualquer licença de construção na parcela, pelo que analisando
as fotografias (desenho 00.00) poderá concluir-se que a construção aqui em causa
poderá ser anterior a 1970, enquadrando-se na Deliberação de Câmara de
19/12/2005, portanto isenta de licença de construção. Contudo seria conveniente
juntar a este processo documento comprovativo da data de construção
2. <u>Do PDM do Ourém:</u>
2.1 A parcela insere-se em Espaço Agro-Florestal, Espaço Agrícola, com
condicionante de RAN, REN e linhas de água;
2.2 Pretende-se a demolição da construção existente e a construção de uma nova
edificação com as mesmas características da existente em Espaço Agro-Florestal
- sem condicionantes (ver folha 00.03 – Planta de RAN);
2.3 De acordo com o artigo 57.º do RPDMO é possível a edificação de habitação
em Espaço Agro-florestal, contudo a parcela deve ter no mínimo 4ha;
2.4 Não tendo a parcela área mínima edificável, de acordo com o n.º 1 do artigo
60.º do RPDMO, é permitida a reconversão das edificações existentes, dentro dos
usos edificáveis compatíveis com os usos do solo permitidos na secção VIII, do
mesmo regulamento;
2.5 Sempre que não seja observada a dimensão mínima de parcela edificável para
novas edificações, a área de implantação, a área de construção e a volumetria
preexistentes podem sofrer ajustamentos desde que não resultem aumentos
superiores a 10% dos valores preexistentes. Na nova redacção desta norma,
resultante da alteração ao PDM em curso, esta percentagem é de 30%;
3. Do RJUE (DL 555/99 de 12/12 com a redacção do DL 136/2014 de 09/09)
3.1. De acordo com a planta de trabalho 01.02 pretende-se a demolição da
construção existente, por força da intervenção aqui em causa, e a construção de
uma nova edificação com as mesmas características da existente;











a) atribuição do escalão correspondente a cada aluno, para beneficio de comparticipação de refeições escolares, cf. quadro seguinte: ------

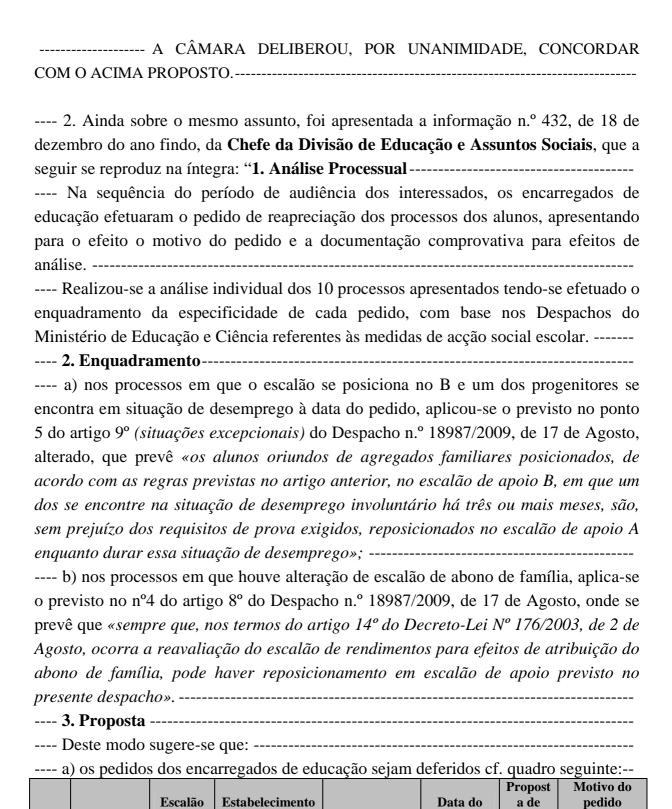
Nº	Aluno	Estabelecimento Escolar	Entidade que presta refeição escolar	Data do pedido	Proposta de escalão
	Joana Maria Oliveira	Centro Escolar Beato		26-08-	
1	Lopes	Nuno	APAJEFátima	2014	Α
		Centro Escolar de	Agrupamento de Escolas	26-08-	
2	Matilde Alves de Brito	Freixianda	de Ourém	2014	A
	Maria Leonor Pereira	Centro Escolar Nossa	Centro Socialdo Espírito	29-08-	
3	Laranjeiro	Sra. das Misericórdias	Santo Lagoa do Furadouro	2014	A
		Centro Escolar Beato		05-09-	
4	Ana Clara Elias Pereira	Nuno	APAJEFÁtima	2014	A
	Pedro Emanuel da Silva		Centro de Dia Freguesia	09-09-	
5	Baptista	EB1 de Boleiros	de Fátima	2014	Α

				09-09-	
6	Sofia Pereira Remédios	EB1 de Moita Redonda	APAJEFátima	2014	В
				12-09-	
7	Cláudia Sousa Rodrigues	EB1 de Pisões	Ouremviva SA, EM	2014	В
	Telmo Filipe Barbosa			15-09-	
8	Romeiro	EB1 de Moita Redonda	APAJEFátima	2014	A
		Centro Escolar de Santa		15-09-	
9	Mafalda Simões Inácio	Teresa	APDAF	2014	В
	Leandro Oliveira dos	Centro Escolar de Santa		16-09-	
10	Santos	Teresa	APDAF	2014	В
				16-09-	
11	Mariana Lopes Silva	EB1 de Vale Travesso	Ouremviva SA, EM	2014	В
	Rodrigo Miguel	Centro Escolar da	Agrupamento de Escolas	16-09-	
12	Gonçalves Dias	Freixianda	de Ourém	2014	В
	Ana Raquel Carreira		Centro de Dia da	16-09-	
13	Guerra	EB1 da Maxieira	Freguesia de Fátima	2014	Α
	Tiago Miguel Cardoso	Centro Escolar de Santa	8	18-09-	
14		Teresa	APDAF	2014	В
			Centro de Dia da	18-09-	
15	Davyd Bodnariuk	EB1 da Maxieira	Freguesia de Fátima	2014	Α
	Manuel José Ramalhete	Centro Escolar de	8	23-09-	
16		Caridade	Jardim Infantil de Ourém	2014	Α
	Ricardo Afonso Abreu	Centro Escolar de Santa		23-09-	
17	Alves	Teresa	APDAF	2014	Α
		Centro Escolar Beato		23-09-	
18	Alberto Mazurak	Nuno	APAJEFátima	2014	В
		Centro Escolar Beato		25-09-	_
19	Nicole Pereira Nunes	Nuno	APAJEFátima	2014	Α
		Centro Escolar Beato		25-09-	
20	Diana Pereira Nunes	Nuno	APAJEFátima	2014	Α
		Centro Escolar da		25-09-	
21	Joana Rita Pereira da Silva		Jardim Infantil de Ourém	2014	Α
- -	Alexandre Pinheiro	Centro Escolar da		30-09-	
22	Gonçalves	Caridade	Jardim Infantil de Ourém	2014	В
	Margarida João Graça	Centro Escolar Santa	taranin de Guieni	30-09-	
23	Baptista	Teresa	APDAF	2014	В
24	Lorran Vianna Calixto	Centro Escolar Cova da	APAJEFátima	30-09-	В
24	Lorran vianna Canxio	Centro Escolar Cova da	AI AJEFauma	30-07-	Ъ



		Iria		2014	
	Carina Rafaela Varanda		Associação de Pais	07-10-	
25	Rodrigues	EB1 de Urqueira Norte	Urqueira Norte	2014	A
		•	1	07-10-	
26	Rafael Branco Pereira	EB1 de Vale Travesso	Ouremviva SA, EM	2014	В
	Mariana Filipa Figueiredo			30-09-	
27	Sampaio	EB1 de Pinheiro	Ouremviva SA, EM	2014	A
	-	Centro Escolar de Beato		14-10-	
28	Quévin Couto Santos	Nuno	APJEFátima	2014	A
				14-10-	
29	Liliana Dias Sousa	EB1 da Carvoeira	Ouremviva SA, EM	2014	A
		Centro Escolar Cova da		14-10-	
30	Ana Raquel Matias Cuco	Iria	APAJEFátima	2014	Α
	-			17-10-	
31	Lucas Santos Duque	EB1 Moita Redonda	APAJEFátima	2014	A
	•			17-10-	
32	Martina Santos Duque	EB1 Moita Redonda	APAJEFátima	2014	A
	Joana Carina Cardoso	Centro Escolar Nossa	Centro Social Espírito	22-10-	
33	Matos	Sra das Misericordias	Santo Lagoa do Furadouro	2014	A
	Gabriel Fernandes	Centro Escolar de Santa		22-10-	
34	Canhoto	Teresa	APDAF	2014	A
	Afonso Miguel de	Centro Escolar Cova da		07-11-	
35	Oliveira	Iria	APAJEFátima	2014	A
		Centro Escolar Santa		03-11-	
36	Jéssica da Silva Vieira	Teresa	APDAF	2014	В
	Maria Filipa Cardoso		Centro Social Paroquial da	17-11-	
37	Oliveira	EB1 de Atouguia	Freguuesia de Atouguia	2014	A
			Centro Social Paroquial da	17-11-	
38	Beatriz Cardoso Oliveira	EB1 de Atouguia	Freguuesia de Atouguia	2014	A
		Centro Escolar	Agrupamento de Escolas	18-11-	
39	Clara Simões Mendes	Freixianda	de Ourém	2014	В
				18-11-	
40	Mariana Lopes Fernandes	EB1 de Carvoeira	Ouremviva SA, EM	2014	В
	•	Centro Escolar Nossa	Centro Social Espírito	21-11-	
41	Miguel Maia Alcobia	Sra. das Misericórdias	Santo Lagoa do Furadouro	2014	Α
			Centro de Dia da	23-09-	
42	Rita Prazeres Baptista	EB1 da Maxieira	Freguesia de Fátima	2014	Α
	•	Centro Escolar da Cova		11-12-	
43	Rafael Lopes Santos	da Iria	APAJEFátima	2014	В





Aluno

Martim

Lourenço

Ferraz

Proc

533

atribuído

В

de Ensino

Centro Escolar

Beato Nuno

Entidade

APAJEFátima

pedido

02.09.2014

escalão

Α

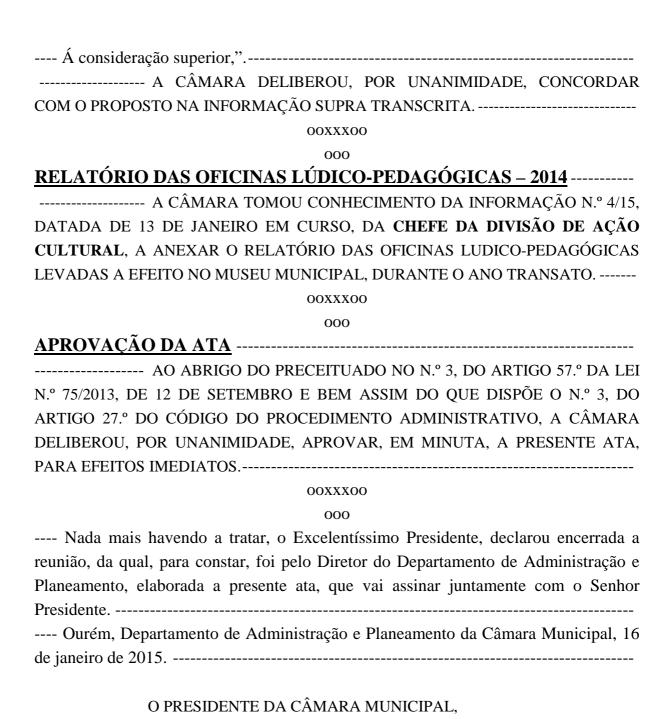
alteração de

escalão de

abono de



							família
192	Filipa Gameiro Dias	В	EB1 de Mata	Ouremviva EM,SA	16.09.2014	A	desemprego
205	Erica Filipe Nicolau	В	Centro Escolar Santa Teresa	APDAF	16.09.2014	A	alteração de escalão de abono de família
407	Miguel Prazeres Antunes	Não Subsidiad o	EB1 de Boleiros	Associação Centro de dia de Freguesia de Fátima	23.09.2014	В	alteração de escalão de abono de família
554	Margarida Santos Carpinteiro	В	EB1 do Bairro	Centro Social Bem-Estar do Bairro	29.09.2014	A	alteração de escalão de abono de família
415	Rodrigo de Almeida Pereira Henriques Mangas	Não subsidiad o	EB1 de Boleiros	Associação Centro de dia de Freguesia de Fátima	14.10.2014	В	alteração de escalão de abono de família
10	Inês Margarida Pereira Pires	Não Subsidiad o	Centro Escolar da Caridade	Jardim Infantil de Ourem	15.10.2014	В	alteração de escalão de abono de família
62	Matilde Soares Major da Silva	В	EB1 de Pinheiro	Ouremviva EM,SA	28.10.2014	A	alteração de escalão de abono de família
59	Tomás Soares Major da Silva	В	EB1 de Pinheiro	Ouremviva EM,SA	28-10-2014	A	alteração de escalão de abono de família
437	Mariana Vieira Baptista	В	EB1 de Pinheiro	Ouremviva EM,SA	03.11.2014	A	alteração de escalão de abono de família



O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 16/01/2015

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2013.10.22;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO

2.1. DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

2.1.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão no âmbito do Programa Aproximar – Protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. – Carta registada sob o n.º 572/2015, do Gabinete do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa.

2.2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Empréstimo de curto prazo (tesouraria) – Ano económico 2015- Abertura de conta – Informação n.º 2/2015, de 13 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

2.2.1. SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Adenda ao contrato de "Fornecimento com transporte de gasóleo para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais até 31 de dezembro de 2014 e até ao limite de 196.000,00€" − Apreciação da minuta da Adenda ao contrato.

3. DEPARTAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Remodelação do piso sintético do campo de jogos de Caridade Ourém Suspensão da obra Informação n.º 14/2015, de 12 do corrente mês, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
- = Construção do Posto de Atendimento a Turistas:
 - 1. Erros e omissões Informação n.º 471/2014, datada de 19 de dezembro transato, da DOM;
 - 2. Suspensão de obra Informação n.º 15/2015, de 12 de janeiro corrente, da DOM;
 - 3. Trabalhos a mais Informação n.º 1, datada de 13 de janeiro em curso, da Senhora Vereadora Lucília Vieira.

3.2. DIVISÃO DE AMBIENTE



= Projeto de criação do "Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal" – Informação n.º 1/2015, datada de 05 de janeiro em curso, da Chefe da Divisão de Ambiente.

3.3. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamento de obra particular Processo n.º 1742/2010, de Ricardo Manuel Vieira dos Reis, referente a moradia unifamiliar sita em Ventilharia União das Freguesias de Gondemaria e Olival:
- Pedido de declaração de Interesse Público Municipal Requerimento registado sob o n.º
 20.489/2014, da firma Martins & Constantino Comércio de Gado Vivo e Carnes Frescas,
 Limitada;
- = Beneficiação do cruzamento entre a E.R. 349 e a E.M. 523, em Ventilharia Olival União das Freguesias de Gondemaria e Olival Informação n.º 2/2015, de 13 de janeiro corrente, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística.

4. DEPARTAMENTO DE CIDADANIA

4.1. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Barreira Caxarias Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias Informação n.º 418, datada de 11 de dezembro do ano transato, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Comparticipação no custo de refeições
 2014/2015:
 - 1. Informação n.º 430, de 17 de dezembro de 2014, da Chefe da DEAS;
 - 2. Informação n.º 432, de 18 de dezembro de 2014, da Chefe da DEAS.

4.2. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Relatório das Oficinas Lúdico-pedagógicas – 2014 – Informação n.º 4/15, de 13 de janeiro em curso, da Chefe da Divisão de Ação Cultural.

Câmara Municipal de Ourém, 13 de janeiro de 2015

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 06/01/2015 a 15/01/2015

Processo nº	Requerente	Local
1966/2014	Alfredo Manuel Ferraz Gomes	Ruge Água – Ribeira do Fárrio
166/2014	António Rodrigues Oliveira e Outro	Mourã - Atouguia
2073/2014	Congregação Religiosas E.S.E.Mãe de Deus	Estrada da Batalha-Cova de Iria -Fátima
1967/2014	Fábrica Igreja Paroquial Freguesia da Atouguia	Escandarão - Atouguia
1965/2013	Florentino Vestia Magalhães	Rua S.Pedro – Freiria - Espite
1568/2014	Florinda Prazeres Oliveira Marto	Av ^a . Beato Nuno –Cova de Iria - Fátima
217/2014	João Alberto Lopes de Oliveira	Rua da Chada - Olival
2373/2014	Joel Graça Oliveira	Vilar dos Prazeres –Nª.Srª.Misericórdias
2337/2014	José Augusto Marques Pereira	Freixianda
1892/2014	José Vieira dos Reis	Cova de Iria - Fátima
2281/2014	Luís Silva Abreu	Lagarinho – Na:Sra. Piedade
1784/2014	Maria Albertina Ribeiro Marques	Sandoeira – Rio de Couros
2440/2014	Maria Margarida D´Hommée de Sousa Alvim e outros	Quinta da Casa Velha – Vale Travesso – N.ª Sr.ª da Piedade
2362/2014	MSJ – Wood Solutions, S.A	Pinheiro – Na. Sra. da Piedade
2376/2014	Nelson Manuel Ferreira	Castanheiro - Espite
2319/2014	Roberto Paulo Santos Oliveira	Casal Branco –Na.Sra.Misericórdias
2392/2014	Sérgio Manuel Marques Simões	Casal dos Bernardos

OURÉM, 16 de Janeiro de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 06/01/2015 a 15 /01/2015

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
21900	Maria José Mendes Moleirinho	vendedor de mercado
21898	Mohamed Chamili	vendedor de mercado
70	Funerária Ouriense, Lda.	inumação de cadáver
71	Funerária Ouriense, Lda.	inumação de cadáver
23013	Maria Joaquina Ferreira da Silva	vendedor de mercado
23052	João António Costa Frazão	venda de terreno no cemitério
72	Vitória de Sobral-Artigos Religiosos, S.A	inspeção de elevador
73	Vitória de Sobral-Artigos Religiosos, S.A	inspeção de elevador
22586	Administração do Edifício Travessa do Ribeirinho, nº 2 em Ourém	inspeção de elevador
22628	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	inspeção de elevador
22676	Condomínio do Edifício Vieiras	inspeção de elevador
23327	Condomínio do Edifício Concorde - Bloco A	inspeção de elevador
280	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade-Capela de Vale Travesso	licença de ruído
258	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira - Capela do Resouro	licença de ruído
319	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira	licença de ruído
138	Funerária Clássica, Lda.	inumação de cadáver

Ourém, 16 de janeiro de 2015

O Coordenador da Secção de Taxas e Licenças